

GUSTAVO LYRIO JULIÃO

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

DO COMANDO JUDICIAL AOS PRECEDENTES

BOOK AND
WRITERS 

Livro também disponível na plataforma
www.bookandwriters.com

Londrina/PR
2020


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.
 www.editorathoth.com.br
 contato@editorathoth.com.br
 Diagramação e Capa: Editora Thoth
 Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga
 Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
 Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Julião, Gustavo Lyrio. **Reclamação Constitucional: do comando judicial aos precedentes/** Gustavo Lyrio Julião. – Londrina, PR: Thoth, 2020.
 222 p.

Bibliografias: 211 - 222
 ISBN 978-65-86300-25-3

1. Reclamação. 2. Processo civil. 3. Precedentes. 4. Reclamação constitucional 5. Título. I. Julião, Gustavo Lyrio.

CDD 347.9

Índices para catálogo sistemático

1. Reclamação Constitucional: Direito processual Civil 347.9

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
 Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	5
AGRADECIMENTOS.....	11
PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1	
A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO: da criação jurisprudencial à positivação no Código de Processo Civil de 2015	25
1.1 A importância da reconstrução histórica da Reclamação	25
1.2 A Construção pretoriana da Reclamação: a criativa solução do STF para garantir a observância de suas decisões	26
1.3 A positivação da reclamação nos regimentos internos do Supremo Tribunal Federal	29
1.4 A constitucionalização da Reclamação: o texto original e a Emenda Constitucional N. 45/2004	31
1.5 As hipóteses de cabimento no Código de Processo Civil de 2015.....	33
CAPÍTULO 2	
A NATUREZA JURÍDICA DA RECLAMAÇÃO.....	35
2.1 A complexidade em definir a natureza da reclamação	35
2.2 Reclamação e correição parcial.....	39
2.3 Reclamação e recurso.....	42
2.4 Reclamação e incidente processual	48
2.5 Reclamação e direito de petição	50
2.6 Reclamação e ação.....	55

CAPÍTULO 3

OS FUNDAMENTOS DA RECLAMAÇÃO	59
3.1 Jurisdição constitucional e efetividade.....	59
3.2 A reclamação e os tribunais	65
3.3 A “autoridade da decisão” antes e depois do CPC/2015.....	68

CAPÍTULO 4

A RECLAMAÇÃO E OS PRECEDENTES	73
4.1 Precedentes: breves apontamentos	73
4.1.1 Os “precedentes” e a “jurisprudência”	74
4.1.2 A norma do precedente: a ratio decidendi, o obiter dictum, a colegialidade e o stare decisis	76
4.2 Os precedentes nas tradições jurídicas ocidentais (<i>common law</i> e <i>civil law</i>) e a influência no modelo processual brasileiro	79
4.2.1 Os precedentes nas tradições jurídicas ocidentais (<i>common law</i> e <i>civil law</i>)	79
4.2.2 A aproximação das tradições jurídicas: o movimento de uniformização da jurisprudência no modelo processual brasileiro	83
4.3 O regime de precedentes do Código de Processo Civil de 2015.....	87
4.3.1 A força obrigatória dos precedentes: arts. 926 e 489, §1º do CPC/2015	87
4.3.2 Os precedentes formalmente vinculantes: art. 927, CPC/2015	89
4.4 Os precedentes e a reclamação: uma solução para dois problemas distintos.....	94

CAPÍTULO 5

AS HIPÓTESES DE CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	103
5.1 A taxatividade do art. 988 do CPC/2015	103
5.2 Os comandos judiciais	110
5.2.1 A evolução normativa da hipótese “garantia da autoridade de suas decisões”: a reclamação, a coisa julgada e a parte dispositiva da decisão	110
5.2.2 O sentido de “garantir autoridade das decisões” no	

CPC/2015 (art. 988, II) e a constitucionalidade das outras hipóteses de cabimento	115
5.2.3 Quando haverá o desacato ao comando judicial?.....	117
5.3 A decisão proferida no controle concentrado de constitucionalidade	121
5.3.1 A evolução do controle concentrado de constitucionalidade e da reclamação no Brasil.....	121
5.3.2 A eficácia erga omnes e o desacato à declaração de inconstitucionalidade (art. 988, II, CPC/2015) versus a força obrigatória dos precedentes e a inobservância à ratio decidendi (art. 988, III)	126
5.3.3 Os limites objetivos do efeito vinculante constitucional e os precedentes formados no controle concentrado de constitucionalidade	128
5.3.4 O efeito vinculante constitucional versus a força obrigatória dos precedentes.....	133
5.3.5 Limites do efeito vinculante constitucional e os atos administrativos.....	135
5.3.6 Proposta de adequação da reclamação aos pressupostos do controle concentrado de constitucionalidade	136
5.4 A decisão proferida no controle incidental de constitucionalidade	138
5.4.1 A valorização das decisões proferidas nos recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida: o art. 988, §5º, II do CPC/2015	138
5.4.2 Reclamação e Recursos Extraordinários com Repercussão Geral reconhecida: a necessidade de diferenciar os regimes de controle de constitucionalidade	139
5.4.3 Pressupostos para cabimento da reclamação: a orientação do plenário (art. 927, V, CPC/2015) e o esgotamento das instâncias ordinárias (art. 988, §2º, V, CPC/2015)	142
5.5 O enunciado da súmula vinculante	143
5.5.1 Das súmulas da jurisprudência dominante do STF às súmulas vinculantes	143
5.5.2 Reclamação e súmulas vinculantes: a necessidade de adequação ao regime de precedentes do CPC/2015.....	146
5.5.3 O esgotamento do processo administrativo.....	149

5.6 Os precedentes formados em incidentes nos TRIBUNAIS (IRDR, IAC, REER)	150
5.6.1 Reclamação, Formação Concentrada de Precedentes e a adequada aplicação das teses formadas	150
5.6.2 A necessidade de esgotamento das instâncias ordinárias (art. 988, §5º, II do CPC/2015).....	155
5.6.2.1 O sentido de “esgotamento das instâncias ordinárias” ..	155
5.6.2.2 O cabimento da reclamação no regime da repercussão geral e no julgamento de casos repetitivos.....	161
5.6.3 Proposta de adequação da reclamação aos pressupostos da formação concentrada de precedentes: a diferenciação entre as hipóteses convencionais (art. 988, I e II), a força vinculante constitucional (art. 988, I e III) e a força obrigatória dos precedentes (art. 988, IV e §5º, II do CPC/2015)	165
5.7 A preservação da competência uniformizadora do Superior Tribunal de Justiça: a reclamação nos juizados especiais	168

CAPÍTULO 6

PRESSUPOSTOS DA RECLAMAÇÃO PARA GARANTIR A OBSERVÂNCIA DOS PRECEDENTES	173
6.1 Pedido, causa de pedir e decisão da Reclamação	173
6.2 A inexistência de trânsito em julgado da decisão reclamada	175
6.2.1 Interpretando o art. 988, §5º, inciso I e §6º do CPC/2015	175
6.2.2 A irrelevância de interposição simultânea de recurso: a reclamação e as decisões não agraváveis	179
6.3 Aspecto temporal dos precedentes	180
6.3.1 Reclamação e a análise retrospectiva dos precedentes: impossibilidade de ajuizamento da reclamação com base em precedente posterior à decisão reclamada	180
6.3.2 Reclamação com base em precedentes anteriores ao Código de Processo Civil de 2015	180
6.4 Aplicação, distinção e superação dos precedentes em reclamação	184
6.4.1 Reclamação e a análise estática dos precedentes: a necessidade de estrita aderência na aplicação e na distinção do prece-	

dente	184
6.4.2 Reclamação e a análise conservadora dos precedentes: a superação por meio da reclamação.....	189
6.5 A subsidiariedade da reclamação nos tribunais de segunda instância	194
CONCLUSÃO.....	197
REFERÊNCIAS.....	211